

TÍTULO DO TRABALHO			
<b>DEMOCRACIA E SOCIALISMO EM CUBA: A ANÁLISE DE FLORESTAN FERNANDES DO PROCESSO HISTÓRICO DE FORMAÇÃO DO ESTADO REVOLUCIONÁRIO NAS CONTRADIÇÕES ENTRE O GOVERNO REVOLUCIONÁRIO DE CUBA E O PODER POPULAR.</b>			
AUTOR	INSTITUIÇÃO (POR EXTENSO)	Sigla	Vínculo
<b>Diogo Prado Evangelista</b>	Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri	UFVJM	Docente
RESUMO (ATÉ 150 PALAVRAS)			
<p>O problema da democracia e o Poder Popular na organização estatal e na constituição do governo revolucionário cubano do período de 1959-1979 foi determinado pelas condições materiais do processo da luta anti-colonial e anti-imperialista, para superar a dependência econômica e política, assim como, enfrentar radicalmente o subdesenvolvimento cubano. Entretanto, a dificuldade da superação da segregação social e racial de Cuba, o que significa uma revolução democrática e nacional, reside, simultaneamente, na ausência de parâmetros governamentais da estrutura e organização de seu Estado. Na transição do governo revolucionário e suas radicais mudanças na estrutura e organização do Estado, pós -1965, uma democracia específica e própria deste processo revolucionário se constitui e distingue das democracias latino-americanas. Pretendemos analisar a dimensão desta democracia com as tarefas específicas do socialismo em Cuba.</p>			
PALAVRAS-CHAVE (ATÉ 3)			
Estado, Poder Popular e Socialismo			
ABSTRACT (ATÉ 150 PALAVRAS)			
<p>The problem of democracy and people's power in the state organization and constitution of the Cuban revolutionary government 1959-1979 period was determined by the material conditions of the process of anti-colonial and anti-imperialist struggle, to overcome the economic and political dependence, as well as radically confront the Cuban underdevelopment. However, the difficulty of overcoming social and racial segregation of Cuba, which means a democratic and national revolution, lies both in the absence of government parameters of the structure and organization of their state. In the transition from revolutionary government and its radical changes in the structure and organization of the state, post-1965, a specific and democracy itself this revolutionary process is and distinguishes Latin American democracies. We intend to analyze the scale of democracy with the specific task of socialism in Cuba</p>			
KEYWORDS (ATÉ 3)			
State, People's Power and Socialism			
EIXO TEMÁTICO			
Marxismo, insurreições e revoluções: teoria e história			

## Apresentação

Quando Che Guevara e Fidel Castro se referem a revolução cubana atribuí a história vivida a partir de 1959 ao passado recente dos processos de independência dos países latino-americanos do regime colonial. Esta referência histórica está na constatação empírica de que o processo de descolonização não se concluiu, ao contrário, explicitou a natureza social e específica das elites latino-americanas e sua relação com o imperialismo. Por isso, a história da revolução cubana nos remete a necessidade, como já afirmou Eduardo Galeano (2002, p. 20) de “Olhar voltado para trás: pelo que foi, contra o que foi, anuncia o que será”. Neste sentido, “[...] a perpetuação atual das coisas [...] a injustiça e a fome [...] é um crime”. Por isso que ao compreender o que foi e lutar contra o que foi, projetar o que será consiste, em primeiro lugar, “[...] recuperar os bens que foram usurpados” o que “equivale a recuperar o destino”. Recuperar o destino significa identificar nas “revoluções estranguladas ou traídas, ao longo da torturada história latino-americana” os “fantasmas” que estão presentes nas “[...] novas experiências, assim como, os tempos presentes, pressentidos e engendrados pelas contradições do passado”. Quais os “fantasmas” deste passado estrangulado da independência inacaba que se atualiza nas burguesias latino-americanas? Neste sentido, que a revolução cubana abre caminho para compreender as raízes da dependência econômica, assim como, todos os predicados e determinações de sua resultante: o subdesenvolvimento. Para Florestan Fernandes (2007), a partir da Revolução Cubana o processo de descolonização se concluiu e forjou, com duros processos e sacrifícios, uma Nação livre que inaugura para todos os povos latino-americanos um “novo padrão de civilização”. Portanto, as novas experiências nesta antiga e permanente luta anticolonialista da Venezuela, Bolívia e Equador recupera, ao mesmo tempo, os “fantasmas” que permanecem numa força contra-revolucionária diante do contraste das projeções societárias da “Pátria Grande”, assim como, a herança e legado dos seus protagonistas, tais como Bolívar, Tupac Amaru, Mariano Moreno, San Martí e Sucre.

Neste trabalho, presente e passado perpassam como numa transfusão sanguínea para vitalizar o motor da história, uma forma de redobrar as forças rumo a retirada de tantos entulhos, sejam eles de deformações teórico-científicas, sejam eles culturais e políticas, com o propósito ainda incipiente de se propor nesta retirada dos entulhos abrir caminhos para o futuro. Por isso, passado e presente recupera o significado do latim recordis: “[...] tornar a passar pelo coração” (GALEANO, 2002, p. 10). Re-cordar o processo de contra-revolução preventiva dos golpes e ditaduras da América Latina; re-cordar a capitulação do conservadorismo em transformar Nação em nacionalismo, revolução em contra-revolução, reformas em reformismo. Re-cordar que “[...] confundir os espíritos quanto aos significados de determinadas palavras-chave vinha a ser o

fundamental”. Por isso, se coloca fundamental começar este trabalho na denúncia da “inversão das relações normais de dominação. Fica mais difícil para o dominado entender o que está acontecendo e mais fácil defender os abusos e as violações cometidas pelos donos do poder” (FERNANDES, 2005, p. 55).

Portanto, não há “simples palavras”! A contra-revolução permanece na fase do capitalismo em que a usina do falso necessário e a ausência dos parâmetros econômicos e culturais, o irrativo da lógica do capital em sua quinta-essência e universalidade nos coloca o desafio de se apropriar e incorporar as “palavras-chaves” que não são compartilhadas com outras classes e interesses de classes, isto é, na luta pela independência da classe social revolucionária diante das tarefas, significados e sentidos de todas as outras classes sociais. Calibrar o sentido e o significado das palavras para entrelaçar com o “[...] sentido das ações coletivas envolvidas pelas mencionadas tarefas históricas”. (FERNANDES, 2005, p. 56)

Compreender a partir da revolução cubana que esta história é a nossa história. A sociedade brasileira é uma expressão das determinações particulares de toda sociedade latino-americana, e esta região como uma parcela da humanidade, cujo sofrimento e ônus da classe trabalhadora expressa os limites, barreiras e inversões da alienação e estranhamento da humanidade. Por isso, no significado das palavras como autonomia da classe trabalhadora, cada avanço histórico na luta revolucionária expressa uma vitória parcial e necessária da humanidade inteira. Em resumo,

Sem memória histórica não há identidade, nem pessoal nem coletiva. Sem identidade, sem investigar de onde viemos (a história e a memória coletiva de nossos povos) e sem recordar quem somos (nossa memória pessoal), se torna impossível qualquer tipo de resistência. Se ninguém resiste não há dignidade de decoro. Sem dignidade a vida não merece chamar-se como tal. Sem memória histórica não há esperança de um futuro digno. (KOHAN, 2013, p. 16)

Para estudar os entraves históricos e as respostas forjadas criativamente pela revolução cubana em transitar da luta antiimperialista (revolução nacional) para a formação inconclusa de um novo padrão de civilização (socialismo); é necessário compreender a herança colonial em sua atualização nas diversas instituições econômicas, políticas e sócio-culturais. Neste trabalho, pretendemos demonstrar, de que a herança colonial da organização político-militar das instituições sociais determinou a formação do estado moderno de Cuba como país independente, inclusive, na explicação de sua condição de dependência neocolonial. Este pressuposto histórico permite a análise das contradições formadas na revolução cubana entre Poder Popular, Democracia Socialista e estado. Organizamos a nossa exposição em três eixos centrais: a) A herança colonial e neocolonial na formação do estado moderno em Cuba; b) A situação pré-revolucionária concreta da revolução nacional em Cuba; c) Poder Popular, estado e partido comunista em Cuba. Vale a pena destacar,

que este estudo da revolução cubana está circunscrito nas teses, pesquisas e elaborações de Florestan Fernandes, por isso, o período histórico se limita aos anos de 1959 a 1980.

### **A herança colonial e neocolonial na formação do estado moderno em Cuba**

O ponto de partida para análise da herança colonial que explica a satelização neocolonial de Cuba, e principalmente, sua expressão como determinação geral do capitalismo dependente da América Latina, está no processo de crise deste regime colonial no século XVIII-XIX.

De acordo com Florestan Fernandes (2007), dois pólos de crise econômica e política determinam a decadência do regime colonial; de um lado, um novo sistema indirect rule de articulação dependente do liberalismo mercantil; por outro lado, a necessidade da revolução política com interesses dos estamentos dominantes nas colônias latino-americanas. Nestas duas determinações da crise econômica e política do regime colonial, Cuba ocupa um lugar específico por se tornar o “baluarte da resistência espanhola”, na tentativa de permanecer como provedora das colônias; em segundo lugar, por se tornar neste período o auge econômico da cana-de-açúcar. Esta peculiaridade histórica de Cuba consiste em que este processo “não se repete” fora de suas fronteiras. No entanto, a peculiaridade de Cuba consiste em reproduzir a estrutura de todos os países da América Latina; seja como reprodução do regime colonial (nesta temporalidade tardia), seja como situação neocolonial.

As peculiaridades históricas de Cuba, “que não se repete” em outro país-colônia, será um dos elementos políticos e econômicos de contraste e oposição tanto a reprodução estrutural do regime colonial, assim como, a satelização neocolonial. Contraste e oposição nas duas revoluções do século XIX, isto é, 1868 e 1895.

Cuba ocupava um lugar estratégico de defesa do domínio espanhol nas organizações político-administrativas e comerciais das colônias, principalmente, pela posição geográfica nas Américas. La Habana se torna a região que goza de um certo liberalismo mercantil e autonomia administrativa, o que proporcionou até o início do século XVIII, formas de organização econômicas distintas das demais regiões e estrutura coloniais, tais como, as haciendas comuneras; a economia de subsistência e outras atividades diversas da economia agrária; a existência de uma especificidade do artesanato urbano do tabaco, como um dos produtos econômicos de arranque, desde o século XVII.

O processo de amadurecimento rumo a consolidação da sociedade burguesa moderna, a

partir do século XVIII, desencadearam algumas mudanças econômicas e administrativas na vida social de Cuba, assim como, em todas as colônias espanholas e portuguesas. Tais como, os impactos da Revolução Francesa até a derrota de Napoleão Bonaparte, o que especificamente, nas colônias espanholas coincide com os interesses provindos das transformações econômicas em curso pela liberação comercial do monopólio colonial. A liberdade colonial, que carregava alguns ideários republicanos, estava deformada por interesses imediatos aos ganhos e permanência de privilégios de alguns estamentos, principalmente, no possível lucro a partir da liberdade mercantil. Um liberalismo estreito e deformado aos interesses dos privilégios dos estamentos dominantes nas colônias. Neste sentido, Cuba pela especificidade histórica de adquirir uma autonomia relativa na vida política e administrativa, assim como, em sua diversidade econômica, teve dois impactos diretos e contraditórios que percorreram todo o século XIX, com tensões e contradições revolucionárias: a) as insurreições de Santo Domingo e a independência do Haiti; b) a liberdade comercial e de investimento dos EUA.

As insurreições de Santo Domingo e a independência do Haiti resultaram no deslocamento de capitais e escravos para a ilha, injetando uma nova força econômica que reproduziu, tardiamente, porém, pulsante a estrutura do regime colonial: a exploração econômica da indústria açucareira e o trabalho escravo. Entretanto, esta reprodução da estrutura colonial se acompanha com as inversões de capitais e investimentos dos EUA nestes setores, ou seja, a incorporação, paulatina, de tecnologia, mercadoria e dinheiro sob a tutela dos EUA, o que reduzia cada vez mais o domínio político e a parcela econômica do excedente da Espanha. Este duplo movimento histórico que alterou a especificidade cubana será determinante para a conversão neocolonial. Por um lado, uma organização do comércio, de defesa militar e urbanização sob a base do trabalho livre (assalariado); de outro, uma dinâmica e padrão de desenvolvimento capitalista balizada pela indústria açucareira. No primeiro o contraste evidente com a estrutura do regime colonial. No segundo, a continuidade e último fôlego deste regime, ao mesmo tempo, descontinuidade nos atropelos pujantes da tecnologia agroindustrial de ponta e do dinamismo da economia estadunidense.

Nesta dinâmica de continuidade e descontinuidade do movimento histórico do século XIX, num primeiro momento se realizou a “revolução dentro da ordem”, isto é, a Espanha se adapta e flexibiliza a dominação colonial direta como forma de fortalecer a partir de dentro da sociedade colonial a permanência de sua tutela e espoliação. Segundo Fernandes (2007, p. 42), a “[...] continuidade do elemento colonial em um contexto histórico que exigia a concomitância de liberação nacional e a absorção de um modelo mais complexo de desenvolvimento capitalista.”

Neste primeiro giro histórico se explica as derrotas e insucessos da revolução de 1868. Compreendido por Florestan Fernandes (2007) como a forma “imatura ou prematura” da “revolução

nacional”. Entretanto, as tensões e contrastes entre a história e estrutura de Cuba no regime colonial continuaram e se adensaram, inclusive por um projeto maduro e específico de desenvolvimento econômico que não se balizava pelo processo histórico de independência e formação capitalista estadunidense, tais como, nos escritos de José Martí<sup>1</sup>. Além disso, o crescente apoio e força popular se adensavam na perspectiva de uma liberação nacional do regime colonial e na autodeterminação de seu país econômica e socialmente; porém na absorção interna, desde meados do século XVIII, de um complexo desenvolvimento econômico, que trazia elementos incipientes da nova fase de acumulação do capital, ou seja, o imperialismo estadunidense. Duas forças políticas se entrelaçavam na ruptura com a tutela colonial da Espanha, como resultado de um processo que percorreu todo o século XIX até eclodir na Revolução Cubana de 1895, que desaguou numa gravitação neocolonial e numa frustração da revolução nacional.

Conforme podemos observar, a aceleração do desenvolvimento tecnológico e econômico provido da intervenção estadunidense em Cuba percorre todo o século XIX, numa descontinuidade com o regime colonial e a antecipação de outro padrão de dominação de tutela econômica e política. Porém, somente a partir da traição das elites internas de Cuba e a irrealização da revolução nacional foi possível que este processo econômico anterior se tornasse efetivamente a base econômica da transição neocolonial em Cuba. Vale a pena lembrar, que este elemento econômico de descontinuidade com o regime colonial provém do próprio desenvolvimento do capitalismo em suas novas bases. O processo mundial de acumulação do capital caminhava para uma nova fase e era histórica, com novas exigências e fisionomia.

Imperialismo é a mais alta etapa do capitalismo na América e na Europa e, posteriormente na Ásia, que tomou forma no período entre 1898-1914. A Guerra Hispânico-Americana (1898), a Guerra Anglo-Boer (1899-1902), a Guerra Russo-Japonesa (1904-1905) e a crise econômica européia em 1900 são marcos históricos centrais de uma nova era da história mundial. (LENIN, 2009, p. 2)

De acordo com Florestan Fernandes, a Revolução de 1895 se explica pelas peculiaridades históricas de Cuba no regime colonial, mas também, por esta determinação externa da nova fisionomia do capitalismo: o imperialismo. Emerge aqui um novo padrão de dominação e tutela político-econômica que encontrou em Cuba uma legitimação histórica, mesmo sob a frustração nacional.

---

<sup>1</sup> O autor Pedro Pablo Rodríguez (2006) apresenta um estudo dos escritos de José Martí sobre a seguinte tese: a supressão do regime colonial não se resume a independência nacional dos países latino-americanos e sua inserção na sociedade capitalista moderna. O processo de libertação das Américas perpassa pela supressão da antítese entre acivilização dos povos aborígenes e da Europa ocidental. Em resumo, uma nova síntese em que as determinações de existência não corresponde a subsunção dos aspectos específicos da civilização aborígine ao liberalismo e a racionalidade moderna; assim como não corresponde a recuperar as determinações aborígenes, mas fundar uma nova civilização.

Em Cuba, a gravitação neocolonial não percorreu os mesmos caminhos de transição para o capitalismo dependente como em alguns países da América Latina, tais como, Brasil e Argentina. Trata-se de uma situação neocolonial prolongada como sistema de poder que ao desagregar o sistema colonial e desarticular as forças da revolução nacional configura alguns “tipos humanos” e sua funcionalidade na própria formação do estado moderno. O padrão de dominação neocolonial consiste num conjunto de instituições econômicas e sociais que permite a dominação indireta, via mercado, e uma liberdade política limitada de organização administrativa do país. Na análise de Florestan Fernandes, a formação do estado moderno e sua intervenção política e econômica se efetiva sob bases específicas deste padrão neocolonial diante das formas de exploração-dominação em outros países latino-americanos. Para Florestan Fernandes, existe uma dificuldade da compreensão desta república cubana, posto que os termos “colonial” e “nacional” se tornam “ambíguos” para analisar a relação entre a república e economia cubana, a sugestão incorporada pelo Florestan Fernandes como uma expressão mais aproximada deste fenômeno social pode ser formulada da seguinte maneira: uma “república intervenida”. Para compreender esta expressão, devemos levar em consideração alguns fatos históricos. A Emenda Platt de 02 de março de 1901 e o Tratado permanente entre Cuba e os EUA, de 22 de maio de 1903; a intervenção direta do imperialismo estadunidense na vida política desta “república intervenida” na designação estadunidense de dois mandados da presidência de Cuba: Willian Howard Taft (1906-1908) e Charles Edward Magoon (1909-1912).

[...] No caso de Cuba, alguns autores utilizaram o conceito de protetorado (que não é correto) e o de neocolonial (que vem a ser preciso, se se entender por essa palavra a situação típica, transitória ou permanente, na qual a dominação indireta gradual limita o alcance e os ritmos da descolonização, freando-a em proveito da nação ou das nações hegemônicas). Desta perspectiva, pode-se falar de uma Cuba neocolonial e de um Estado cubano neocolonial. É preciso não esquecer, porém, que esse Estado constitui uma formação social amorfa e intrinsecamente impotente. Talvez por essa razão alguns autores preferiram lidar diretamente com o governo, suas instituições e disfunções, pois aí o Estado se apresenta sob sua face instrumental e ativa, por assim dizer com maior concreticidade histórica. Como designar esse governo? J. Le Riverend (em La republica) emprega sistematicamente o conceito de republica intervenida. Aqui, parte-se do regime político e busca-se, através de suas contradições, os múltiplos encadeamentos existentes entre dependência e revolução. Todavia, não se pode ignorar que a intervenção é um simples meio e que as contradições não são intrínsecas ao regime político (elas emanam da organização da economia e da sociedade em condições nas quais o desenvolvimento capitalista se enlaça à inviabilidade da emancipação nacional, produzindo-se uma situação neocolonial permanente). (FERNANDES, 2007, p. 67)

Nesta satelização neocolonial típica de Cuba, Florestan Fernandes apresenta uma análise da existência de uma “trindade crônica” dos “efeitos estruturais e dinâmicos sociopáticos”, a saber: 1.)

as crises econômicas provindas da descolonização congelada e na absorção de novos padrões econômicos de desenvolvimento capitalista; 2.) a anomia social e; 3.) a violência política permanente. Esta trindade crônica do padrão de dominação neocolonial em Cuba tem sua expressão na própria instabilidade política dos governantes de estado, principalmente, no período pós-1930 a 1950. Esta digressão sobre a “república intervenida” acompanhada pelas contradições da frustração da revolução nacional (latente) e das novas dinâmicas do capitalismo (elementos desagregadores da ordem) foi necessária para demonstrar, posteriormente, que a revolução cubana ao derrubar a ditadura de Batista e seguir adiante na luta anticolonial e antiimperialista não encontra bases políticas e institucionais historicamente acumuladas como pressuposto necessário para avançar a história na direção decisiva da descolonização e na construção da Nação. Os revolucionários cubanos terão que forjar por si mesmos as formas de organização política e econômica da Nação.

### **A situação pré-revolucionária da revolução nacional em Cuba**

O novo padrão econômico do capitalismo em Cuba percorre um caminho de contradições que não podem ser demarcadas factualmente, a partir de um ano ou de uma data; trata-se de um processo em fluxo contínuo, em que os elementos desagregadores nascem como resultados dos processos anteriores e entram em contradição com os seus pressupostos e bases e forceja uma nova síntese social e econômica.

Florestan Fernandes (1976) compreende três etapas específicas do processo de acumulação do capital, que ora se realiza de forma completa e clássica em algumas regiões ou países; ora se efetiva de forma conciliadora com os elementos anteriores do antigo regime. Estamos nos referindo às vias de objetivação do capital, tais como, a via clássica e a via prussiana, analisada por Marx, Engels, Lênin, Gramsci e Lukács. Em todas estas vias de objetivação do capital se percorreu um processo de acumulação primitiva do capital que conciliava provisoriamente as necessidades de ampliação da produção e circulação da mercadoria da ordem social competitiva associada indiretamente com as formas estreitas de produção do trabalho escravo moderno desta ordem senhorial do sistema de colonização. Entretanto, a reprodução ampliada do capital em suas diversas formas de existência, numa busca incessante de autonomização adquiri cada vez mais um aspecto mundial, percorrendo um caminho em que os pressupostos econômicos expresso nos princípios do liberalismo entram em contradição com a própria dinâmica da acumulação do capital. Ou seja, da liberdade mercantil (concorrência) se instaura e se fortalece os monopólios, em que os aspectos

mundiais deste processo adquirem a peculiaridade do imperialismo na partilha do mundo.

Nestas três fases históricas e estruturais do capital, a saber: a) acumulação primitiva do capital; b) fase de livre concorrência e; c) capitalismo monopolista; Florestan Fernandes (1975) demonstra estes aspectos como forças econômicas e políticas desagregadoras para os países da América Latina, principalmente, numa acumulação primitiva em que a demarcação histórica da herança colonial se supera preservando-se algumas de suas instituições sociais e culturais que calibram, mesmo em contradição, com a livre concorrência. Mais do que isso, a permanência desta herança colonial permite no processo de absorção da ordem social competitiva a manutenção de seus agentes no processo de formação do poder burguês e da dominação burguesa. Porém, no fato de conciliar o estatuto colonial com a ordem social competitiva, tornou em termos gerais a dependência econômica como síntese destas peculiaridades internas e as forças externas, sempre num descompasso para os primeiros. Este descompasso se verifica na formação da ordem social competitiva internamente dos países latino-americanos como parte constitutiva do capitalismo monopolista dos países imperialistas. Na medida em que as exigências econômicas e políticas do capitalismo monopolista se modificam para sua reprodução interna nos países de capitalismo dependente, este padrão de dominação, a partir da própria intervenção econômica interna em cada país latino-americano exigiu nestes últimos 50 anos duas tendências: o fortalecimento relativo das burguesias internas dos países latino-americanos para sua adaptação ao novo padrão de dominação-exploração do capitalismo monopolista ou uma reversão neocolonial específica.

Nestas considerações gerais sobre a natureza e as fases de desenvolvimento do capitalismo, Florestan Fernandes (1976, p. 222) pretende demonstrar de que não há um padrão invariável e universal do capitalismo. Porém, nestas três fases de desenvolvimento capitalista, podemos identificar sua reprodução de forma desigual e combinada nos países latino-americanos, o que reafirma uma anatomia universal da sociedade burguesa moderna, isto é, a lógica do capital. O que gostaríamos de sublinhar na reprodução interna nos países latino-americanos destas três fases do padrão de desenvolvimento capitalista são os aspectos desagregadores que torna latente as crises econômicas e sua possibilidade para eclodir “a guerra civil oculta” como descontentamento social da classe trabalhadora. (FERNANDES, 2005, p. 82).

Na análise do processo pré-revolucionário de Cuba, a frustração da revolução nacional nos processos históricos do século XIX, em conjunto com o desenvolvimento do capitalismo no início do século XX, alcança um aspecto desagregador que atinge na forma política da ditadura de Fulgencio Batista (1955-1959), instaurando uma situação revolucionária concreta.

No período histórico de 1920 a 1930, a intervenção econômica do imperialismo estadunidense de entrada de capitais, industrialização e dinamização do mercado interno-externo,

com o surgimento de novas instituições de controle, fiscalização e negócios na ilha, fez com que estes aspectos que corresponde a ordem social competitiva exigisse uma ampliação; num primeiro plano, da autonomia política e econômica de Cuba, posteriormente, uma transição da situação neocolonial para o capitalismo dependente. Porém, a consolidação da dominação burguesa em Cuba, consistia numa permanente intervenção direta do imperialismo estadunidense, o que bloqueava a possibilidade desta “revolução da revolução dentro da ordem”, ao mesmo tempo, a latente violência política das formas autocráticas da “república intervenida” resultava num crescente descontentamento e drama da maior parte da população trabalhadora.

[...] A dominação burguesa estava cindida, em termos estruturais. O imperialismo não era somente um “tema político”. Ele definia a orientação da dominação burguesa e constituía seu centro de gravidade, não a partir de fora, mas a partir de dentro, de onde bloqueava a iniciativa das classes possuidoras, principalmente no nível de seus estratos dominantes. Por aí, a liquidação do status quo tornava-se impossível e o desenvolvimento capitalista ficava imantado às condições neocoloniais, que precisavam ser superadas e destruídas pelas classes burguesas. A ordem social, que deixara de responder às exigências da situação histórica, era preservada em detrimento de Cuba como um todo e à revelia dos setores da burguesia cubana que poderiam liderar uma implantação mais rápida da cubanização do desenvolvimento capitalista. (FERNANDES, 2007, p. 103)

Entretanto, as contradições e as forças desagregadoras da ordem social competitiva com a situação neocolonial abria um caminho ou uma oportunidade histórica em que o tema da independência nacional de Cuba retorna nas pautas, nos anseios e interesses sociais, inclusive, de alguns segmentos das classes dominantes. Segundo Florestan Fernandes, as classes burguesas cubanas como “tipos humanos” deste prolongamento do padrão neocolonial, não possuíam convicção ideológica e forças políticas para incorporar como força desagregadora da ordem social competitiva, a ponto de realizar a gravitação para uma revolução nacional. Quais as exigências de uma revolução nacional de países provindos do regime colonial e na permanente situação neocolonial? Em primeiro lugar, a transferência dos controles econômicos, sociais e políticos do imperialismo estadunidense para o processo de “nativização” cubana. Em segundo lugar, a transformação das atividades econômicas, sociais e políticas voltadas para nutrir o processo de acumulação do capital do imperialismo estadunidense deslocadas para responder as necessidades sociais do povo cubano como pressuposto substancial de potencializar suas capacidades como capacidades sociais autossustentadas. Vale a pena destacar, que estes dois aspectos não estão separados no tempo e na história, mas se efetivam numa reciprocidade de forças sociais. Neste sentido, a revolução nacional se torna uma revolução da ordem capitalista, porém, com rupturas

decisivas e violentas com o neocolonialismo, e precisamente, com o estatuto colonial.

Este processo se desenrolava e se acelerava, portanto, por cima e contra o que poderia desejar ou preferir a burguesia nacional. existia uma oportunidade histórica concreta (inclusive em termos de autodefesa e de “exigências da situação”, pois desde a derrubada da ditadura de Machado a instabilidade política passara a minar as bases econômicas de dominação de classe da burguesia). Essa oportunidade, porém, não podia ser aproveitada pela burguesia, o que suscita não a questão da “impotência da burguesia cubana” mas a de saber: para que classes ou setores de classes surgira aquela oportunidade histórica? As classes burguesas deveriam desprender-se e opor-se violentamente às condições neocoloniais do desenvolvimento capitalista, à frente de uma revolução política contra a ordem existente. Não realizando essa transformação, elas continuaram a ser as classes burguesas que construíram e mantiveram o neocolonialismo com suas próprias mãos. Como poderiam surgir e atuar como classes revolucionárias? (FERNANDES, 104)

Como podemos observar, mesmo entre os segmentos das classes burguesas descontentes ou intimamente conectadas com os negócios da ordem social competitiva que estava em contraste com a situação neocolonial, as exigências históricas da revolução nacional se colocava como uma barreira ou risco para os privilégios e aspectos que gozavam em seus domínios. Esta desconfiança das classes burguesa do domínio, controle e alcance da revolução nacional como revolução dentro da ordem, encontrava sua expressão no próprio descontentamento das massas e da instabilidade política do governo de estado da “república intervenida”. Na realidade, uma “congérie social” se afirmava como oposição tanto aos governos da “república intervenida” como do próprio imperialismo (situação neocolonial), ambos, faces da mesma moeda. Embora, movidos por um “idealismo nacionalista e o antiimperialismo”, esta congérie social constituída, principalmente, por uma juventude cuja ideologia se descola da situação de classe são “[...] projetados para baixo e para o fundo, voltando à tona reformulados em termos das exigências econômicas, sociais e políticas de uma revolução de toda a sociedade cubana. [...]”. (FERNANDES, 2007, p. 108).

O ponto decisivo desta “consciência revolucionária objetiva e intransigente”, nas palavras de Florestan Fernandes, está nos fatos históricos de 1953, em que o Movimento 26 de Julho adquiri um aspecto de força revolucionária que retorna em 1957, com alguns êxitos militares em que a revolução nacional na práxis revolucionária se torna revolução democrática. Segundo Florestan Fernandes, a guerrilha aparece como uma força armada do Movimento 26 de Julho, em que se torna relevante não somente pela eficácia militar das técnicas de ocupação e difusão da força revolucionária; mas, principalmente, por se tornar um canal aberto e vivo de todas as forças acumuladas da frustração nacional desde o século XIX e antecipando a socialização política que

demonstrava a co-relação da revolução nacional com a revolução democrática. Ambas, como uma revolução dentro da ordem que avança como revolução fora e contra a ordem. Na luta decisiva pela libertação e supressão do estatuto colonial, a revolução cubana abre caminho para o enfrentamento e ofensiva dos países latino-americanos no presente. Na luta antiimperialista como luta anticapitalista, a revolução Cuba caminha para o socialismo (inacabado) que coloca os desafios do presente com o horizonte do futuro de toda a humanidade. Nas conclusões de Florestan Fernandes (2007, p. 110-111)

[...] E, em particular, não é secundária a situação revolucionária, que brotava de uma ordem social neocolonial em crise, em desagregação e em vias de desmoronamento, e cresceu contra a ordem graças à capacidade de organização e de protesto das classes trabalhadoras e das massas populares em Cuba. Por fim, sem o seu engatamento com a liberação da classe operária, o significado político da guerrilha seria muito menor. Havia um armazenamento ou acumulação secular de forças sociais na sociedade cubana. A revolução é o produto de todas essas forças, que não desapareceram ao longo da história. Concentraram-se e explodiram em meados do século 20, assinalando que através de Cuba as Américas participam das revoluções abertas para o futuro.

### **Poder Popular, estado e partido comunista em Cuba**

Neste processo revolucionário da tomada de poder, a socialização política em conjunto com a absorção das bandeiras e pautas da revolução nacional, estavam balizadas pela especificidade histórica e estrutural de Cuba, a partir dos camponeses e, portanto, da questão agrária como ponto de partida de todas as reformas estruturais necessárias para levar adiante a revolução cubana. Nestes breves momentos estratégicos e táticos da tomada de poder se acumulou uma identidade da vanguarda revolucionária com os “heróis” da revolução cubana. Entretanto, o processo revolucionário pós-1959 exigia uma autonomia das novas formas de organização política que pudesse substituir as organizações providas dos guerrilheiros. Por isso que Florestan Fernandes sublinha que a revolução cubana não pode ser reduzida, unicamente, pela via de conquista de poder pela guerrilha, mas nos aspectos construtivos e acumulados neste breve período histórico que serão a base e referência para a continuidade da revolução cubana.

De acordo com a exposição anterior, as instituições políticas e sociais vinculadas ao estado da “república intervenida” não serviram como pressuposto político necessário para este momento importante da revolução. Florestan Fernandes destaca estas duas dimensões históricas e específicas

demarcada pela situação neocolonial que se tornaram limites para a elaboração política do estado revolucionário e os avanços necessários para a socialização política do Poder Popular, ou seja, a ausência de uma organização estatal adequada e do partido de vanguarda revolucionário. Quais as organizações políticas relevantes nestes primeiros anos da revolução cubana? Florestan Fernandes destaca as Organizações Revolucionárias Integradas (ORI), no período de 1961-1962, constituída pelas seguintes organizações: Movimento 26 de Julho, Partido Social Popular (antigo PCC) e Diretório Revolucionário (ex-Diretório Estudantil Revolucionário). “[...] Em termos táticos, a absorção do PSP respondia à necessidade urgente de aumentar os quadros administrativos, as alternativas políticas e as potencialidades de mobilização orgânica dos trabalhadores pelo governo revolucionário (com esse espírito, a proposta partira de Che Guevara). [...]” (grifo do autor, FERNANDES, p. 269).

[...] Em termos estratégicos, a solução visava a dois objetivos (claramente delineados por Fidel Castro). Primeiro, produzir uma unificação tão rápida quanto possível das forças políticas da revolução. Já quer era impraticável acelerar a história “por baixo”, por falta de liames institucionais entre a classe revolucionária e a vanguarda revolucionária no poder, cumpria avançar depressa na articulação das forças revolucionárias que podiam agir, construtivamente, através do governo e das ORI, de cima para baixo. Segundo, abrir caminho, com apoio nas ORI, para a constituição do Partido Unido da Revolução Socialista (PURS), o partido da revolução. Embora anunciado em discurso de Fidel Castro de 2 de dezembro de 1962, sua atividade marcante se deu de 1963 em diante. Ele devia suprir a carência política básica da revolução nesse período, institucionalizando as atividades políticas revolucionárias no plano partidário e engendrando as relações orgânicas entre a base social, os vários organismos do governo revolucionário e a direção global do processo revolucionário. (grifo do autor, FERNANDES, 2007, p. 269-270)

Na análise de Florestan Fernandes, existe uma distinção entre o lugar de Che Guevara e Fidel Castro nas estratégias e táticas da revolução. Enquanto Che Guevara aspirava mudanças e transformações necessárias que pudesse acelerar a socialização política das decisões da Nação; Fidel Castro, a partir dos limites da política econômica herdada e da conjuntura mundial das forças contra-revolucionárias, delimitou a estratégia na articulação, neste primeiro momento, das forças políticas organizadas para em seguida formar o Partido Unido da Revolução Socialista (PURS), com a finalidade de organizar e fluir as relações entre a classe revolucionária e a vanguarda revolucionária. Por que esta tentativa em 1962-1963 foi frustrada? “A questão do recrutamento dos militantes, o problema-chave nesse momento, se repunha em toda a sua gravidade. Além da pergunta – em quem confiar? – torna-se transparente que o governo revolucionário devia romper as limitações decorrentes de práticas políticas que perderam significado revolucionário no novo contexto histórico. [...]” (FERNANDES, 2007, p. 271). Dentre as práticas políticas que perderam

significado revolucionário, Florestan Fernandes destaca o Movimento 26 de julho e o Diretório Revolucionário. Além disso, o PURS falhara como articulador com as bases, especificamente, pela necessidade de manter uma centralização política nas decisões do alto e sua difusão nas bases populares. Ou seja, o fluxo de intervenção das bases populares nas decisões revolucionárias era muito estreita e limitada. O PURS não conseguiu construir uma articulação orgânica entre as massas populares e a vanguarda revolucionária. Porém, Florestan Fernandes reconhece um saldo positivo.

[...] O saldo positivo: a experiência falhara, mas mostrara que a mobilização orgânica das massas e o recrutamento de militantes eram realidades que precisavam ser enfrentadas com critérios específicos (em termos históricos, da revolução e de Cuba). Impunha-se caminhar para as soluções mais complexas e difíceis, também as únicas verdadeiramente revolucionárias. (FERNANDES, 2007, p. 271)

O PURS herda este saldo positivo e promove no período 1963-1965 um típico partido revolucionário de vanguarda, que se renovava nas diversas organizações necessárias político-partidárias e administrativas do estado cubano na busca por novos membros. Um processo de recrutamento e de peneira do quadro revolucionário. Fernandes nos explica que o PURS conseguiu avançar na “unificação ideológica” da revolução, porém, resultou num processo débil que expressava o limite da revolução cubana. Quais foram as debilidades? Um partido que não crescia. Os critérios na escolha entre os “trabalhadores exemplares” não permitia um avanço numérico de representantes na formação do quadro revolucionário para o processo histórico em curso, o que se explica pela dificuldade de superar as contradições ideológicas, ainda presas pelo “idealismo nacionalista”. O partido ressoava estas contradições, principalmente, as dificuldades em compreender e conceituar o comunismo. Uma síntese de Florestan Fernandes (2007, p. 273-274):

Em boa linguagem dialética, isso quer dizer que a revolução, que transcendera à sua órbita histórica ao optar pelo socialismo, 6 anos depois forçará a mão de modo estritamente político para impor a primazia da consciência comunista e da simultaneidade dos dois estágios. Ainda é uma aceleração da história no melhor estilo da “revolução desde o poder”. Só que, agora, com base na retaguarda política de um governo revolucionário consolidado, e, acima de tudo, com vistas a organizar o partido da revolução em moldes estritamente marxistas-leninistas. [...]

O resultado histórico destes primeiros anos na tentativa da formação do partido revolucionário para construir uma articulação orgânica com as bases populares, neste recrutamento do quadro político com a finalidade de inserir na construção da república do novo estado cubano, somente se consolida a partir da transição do PURS para o Partido Comunista de Cuba, em 1965.

Nesta estratégia de fortalecimento e unificação das forças políticas a partir da construção do partido revolucionário como pressuposto e base política tanto na organização administrativa do estado como da relação com as massas trabalhadoras, num fluxo contínuo de recrutamento, como apresentamos, leva ao atraso na formação do estado político sob a base da força popular, o que se tornou um problema importante para os ritmos da revolução cubana. Este problema do atraso da formação do estado revolucionário, que de acordo com Fidel Castro se resolve a partir de 1975. Fidel Castro no Relatório ao 1º Congresso do Partido Comunista de Cuba de 1975, conhecido com a “autocrítica”:

Desde 1965 começam a manifestar-se certas confusões entre as funções do partido e o Estado. Entre 1967 e 1970 o partido traslada seu centro de atenção para a administração e muitas vezes a substitui. Os sindicatos deixam de representar seu papel e, especialmente, a partir de XII Congresso de 1966 desenvolve-se o Movimento de Vanguarda, que na prática substitui o movimento sindical. O papel das organizações de massas em geral se debilita. [...] No desenvolvimento destes problemas teve influência o fato de que nosso partido, ainda que contasse com uma militância combativa e entusiasta, que crescera desde sua fundação das três organizações que uniram suas forças, e no qual fora criado em 1965 o comitê central, adoecia de faltas em seus níveis de direção. Depois da crítica ao sectarismo, grande parte das energias foram consagradas à estruturação e ao crescimento da base, mas o aparato do comitê central virtualmente não existia. [...] Durante anos as atividades do partido foram atendidas pela secretaria da organização. De fato, o bureau político funcionava como a máxima autoridade do partido sem que na prática o comitê central exercesse as funções que lhe correspondiam. Além disso, este bureau, integrado por companheiros sobre os quais recaíam múltiplas obrigações estatais, atendia somente as questões políticas da maior importância e não existia um trabalho rigorosamente sistemático para a direção do partido e do Estado. (In: FERNANDES, 2007, p. 276)

Desta sobrecarga das atividades do estado concentradas no governo revolucionário e da dificuldade do PCC de absorver estas atividades, se evidenciou a ausência do estado revolucionário sob outras bases políticas e democráticas. O interessante, neste momento histórico de 1970-1974, está na confiança, força e efervescência política do retorno das massas como força popular para reformular as relações entre o governo revolucionário e o estado. Um dos marcos políticos desta virada histórica do Poder Popular no estado revolucionário, está na experiência de Matanzas em 1974; nos referimos as cooperativas agrícolas vinculadas as decisões administrativas desta região que colocava para o trabalhador a capacidade de ter o domínio consciente do seu processo na produção e nas decisões da própria vida.

O que se deve destacar é que a revolução superou sua relutância em moldar um novo Estado. Passa-se da institucionalização mediante o partido da revolução para a própria organização do Poder Popular dissociada das funções orgânicas diretas do partido da revolução e a institucionalização mediante o Estado revolucionário (concebido literalmente como a maioria no poder). Não se sabe até que ponto essa

forma política da democracia popular tenta corresponder revolucionariamente à concepção socialista da passagem gradual à “administração das coisas” e à “extinção final” do Estado. (FERNANDES, 2007-277-278)

Neste quadro societário emerge três forças políticas revolucionárias ou “três césores”: o estado revolucionário, o PCC e o Poder Popular. Estamos num processo de transição no aprofundamento da revolução nacional para a gravitação da revolução democrática a partir do socialismo. Nesta nova “rede de poder”<sup>2</sup> que flui de cima para baixo e de baixo para cima, as questões econômicas e de conjuntura política da década de 1970 recoloca-se o problema do “centralismo democrático” entre o estado revolucionário, partido e Poder Popular. Quando nos referimos às questões econômicas, se trata no conjunto de reformas realizadas por Cuba que pretende, sob a base do Bloco Socialista, realizar a acumulação originária socialista para suprimir o subdesenvolvimento econômico, ao mesmo tempo, constituir na socialização política do poder popular as novas bases societárias ou as bases societárias do socialismo.

[...] O que é específico de Cuba é a modalidade da combinação, a tentativa de vincular a acumulação socialista originária a duas funções simultâneas: a superação da pobreza crônica e do subdesenvolvimento extremo em conjunto coma implantação de uma sociedade socialista. Enquanto uma das funções se realiza, a outra ou se esvazia, fica mera forma sem conteúdo dinamizador, ou cresce de modo muito débil. [...] Na realidade, temos contradições inevitáveis que opõem entre si a aceleração do desenvolvimento econômico e a aceleração da revolução. Quando um dos pólos salta sobre os gonzos do processo histórico, toda a sociedade sofre um forte golpe ou um choque só reparável a duras penas. Portanto, um movimento revolucionário dramático, de vaivens, ziguezagues, oscilações, no qual as transformações qualitativas procedem menos de uma acumulação orgânica de forças revolucionárias que de saltos bruscos, determinados de cima para baixo. O que importa ficar claro e que delimita a grandeza da revolução: 1. Os dirigentes tiveram a coragem revolucionária de dar esses saltos sempre que perceberam que eles se impunham, mesmo que não pudessem prever todas as suas conseqüências; 2. o grosso dos trabalhadores avançou sempre na mesma direção, não por puro conformismo manipulado, apatia ou indiferença, mas porque pressentia que não existia alternativa e que os saltos bruscos eram o melhor que todos tinham a fazer. (FERNANDES, 2007, p. 315)

O ritmo e intensidade destas duas dimensões da transição socialista, o desenvolvimento econômico e a construção de um novo padrão societário, em que às vezes é necessário dar alguns saltos bruscos, dependente, também, das forças contra-revolucionárias do capital que desencadearam as ditaduras civil-militar na América Latina, como ofensiva imperialista ao bloco socialista, principalmente ao cerco em torno de Cuba. Especificamente, nestas forças contra-

---

<sup>2</sup> Não cabe aqui apresentar com detalhes as formas de organização do estado a partir dos conselhos, eleições, enfim, de todas as formas de organização política da república revolucionária cubana. Florestan Fernandes (2007, p. 295-310) apresenta dois quadros com explicações detalhadas que precisam ser atualizadas e acompanhadas, no período pós-1980. Principalmente, neste momento de abertura diplomática entre EUA e Cuba, assim como, a possível ruptura com o bloqueio econômico.

revolucionárias do imperialismo estadunidense que a amplitude e intensificação do estado democrático-popular rumo as condições sociais necessárias para tornar a democracia e o estado como forças sociais supérfluas, e, portanto, desencadear o seu definhamento pode resultar em contradições entre o estado, partido e poder popular.

[...] Uma coisa é clara: os riscos de um “dirigismo partidário” ou de um “despotismo revolucionário” são inevitáveis neste período e, sob vários aspectos, constituem o preço político da efetiva transição para o socialismo em Cuba. Entregue a si mesmo o poder popular certamente enfrentaria o risco alternativo de estabilização na forma política democracia popular, com a transformação automática do Estado democrático-popular em uma ditadura permanente da maioria. Extinguir essas brechas antes de uma consolidação suficiente do poder popular, por sua vez, seria pior, pois isso implicaria deixar a revolução indefesa ou provocar o colapso prematuro do emergente Estado democrático-popular. (FERNANDES, 2007, p. 293)

Por isso o processo de construção do poder popular como força democrática no novo estado revolucionário, se realizou numa ampla estatização da vida econômica e cultural, nas formas de organização política de decisões, assim como, nas reformas da educação e da coletivização da propriedade. Na defesa popular das forças armadas do território as decisões estratégicas de seu comandante, em que nas exigências históricas da defesa da revolução cubana frente as forças imperialistas e sua queda de braço com o bloco socialista, coloca-se para Cuba, neste período, um papel de direção interna de um “despotismo” para consolidar o poder popular e de força externa para garantir a liberdade da Nação e se tornar uma alavanca de vanguarda revolucionária para a luta de todos os povos oprimidos pelo imperialismo.

## **Algumas Conclusões**

O problema da transição histórico do capitalismo para o comunismo pode ser encontrado na obra Estado e Revolução de Lênin, onde apresenta alguns aspectos de densidade e de reformulações de Marx, desde a sua redação em conjunto com Engels do Manifesto Comunista de 1848, principalmente, pelos impactos da experiência revolucionária da Comuna de Paris e sua famosa Crítica ao Programa de Gotha. No conjunto destas obras, Marx, Engels e Lênin problematizaram o período de transição que reproduz alguns aspectos de continuidade da sociedade burguesa, por isso, o reconhecimento deste período como uma fase inferior do comunismo. O estado permanece como força política centralizada para quebrar a resistência da classe burguesa e

realizar algumas reformas estruturais que contribui para a elaboração de uma nova divisão do trabalho que, aos poucos, suprimi o fundamento da divisão do trabalho manual e trabalho intelectual. Simultaneamente, as reformas e transformações econômicas – que visa a supressão da forma hierárquica da divisão do trabalho e constitua uma base efetiva para garantir a reprodução social –, se realizam reformas no próprio estado numa nova forma de organização política que possibilite o processo de descentralização do poder político para as forças sociais diretamente vinculadas as capacidades e necessidades dos indivíduos associados.

Por outro lado, este processo de transição socialista para o comunismo consiste no definhamento do estado moderno como resultado da supressão do conflito entre individuo e gênero humano na sua determinação histórica específica, isto é, na supressão do antagonismo capital e trabalho ou da relação do trabalho estranhado consigo mesmo. Enquanto a mercadoria existir como forma de existência do metabolismo social dos indivíduos entre si, as determinações do valor em suas formas antitéticas com o valor de uso impõem limites intransponíveis para a transformação da produção material da vida humana para e pelos homens. A intervenção do estado moderno para realizar o processo de expropriação dos expropriadores, do deslocamento da propriedade privada capitalista para a estatização como forma de nacionalização da produção encontra, nas amarras da dinâmica do mercado capitalista mundial (em última instância) a imposição da finalidade do autovalorização do valor sobre as necessidades e interesses de cada Nação. Na medida em que a produção continua vinculada e definida para a troca, para o comércio, as antíteses com o processo de satisfação das necessidades continuam e se agravam no momento em que tanto para produção interna como para a exportação, o mercado mundial capitalista continua a dar as cartas. É necessária uma nova força política e econômica mundial que permita nesta co-relação de forças um processo de transição do mercado mundial capitalista para outra forma histórica de integração econômica e política. Somente a partir deste clímax histórico da revolução socialista, o comunismo se coloca verdadeiramente como alternativa e possibilidade real de uma nova sociedade.

Nestas considerações em torno dos limites da revolução cubana para avançar na transição socialista a partir do poder popular como força social que aos poucos tenha condições de substituir o estado como centralização política se evidencia que a análise deste processo histórico não desconsidera algumas conquistas teóricas dos clássicos do marxismo, tais como, Marx, Engels e Lênin. Mas, podemos dizer o mesmo que Lênin disse ao se referir sobre a situação da revolução Rússia pós-outubro de 1917, seja na busca pela acumulação primitiva socialista, seja na própria organização burocrática do estado, Marx não nos deixou nenhum escrito sobre esta situação concreta revolucionária de um país devastado economicamente pela primeira grande guerra mundial e em seguida pela guerra civil realizar na cadeia débil do desenvolvimento econômico, o que cabe

para nós é estudar e enfrentar estas questões históricas cujas respostas estão na própria realidade objetiva social.

A partir destas considerações históricas, acreditamos que a revolução cubana elucida a especificidade das burguesias latino-americanas em suas tarefas, posições e interesses de classes que se opõe e, pela natureza específica de sua formação histórica, não coincide com as exigências e necessidades dos interesses de classe da revolução proletária. Entretanto, a polarização de classes entre burguesia e proletariado somente se afirmam na medida em que a proletarização da luta revolucionária enfrenta diretamente a permanência do estatuto colonial expressa na associação da burguesia com o imperialismo. A revolução nacional e revolução democrática se tornam revoluções incompatíveis com a ordem burguesa, primeiro, pela especificidade estrutural dos países latino-americanos, segundo, pela nova fase do imperialismo.

Concluimos este nosso trabalho com as palavras de um personagem histórico que ainda vive pulsando neste povo cubano que com sacrifício, criatividade e força revolucionária insiste em “criar uma versão própria da civilização socialista”.

“Viver humildemente, trabalhar muito, engrandecer a América, estudar suas forças, revelando-as ao continente, pagar aos povos o bem que me fazem: este é o meu ofício. Nada me abaterá; ninguém me impedirá” (José Martí)

## Referências:

FERNANDES, Florestan. *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*. 2a. ed. Rio de Janeiro, Zahar, 1975

\_\_\_\_\_. *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. 2a. ed. Rio de Janeiro, Zahar, 1976.

\_\_\_\_\_. *Poder e contrapoder na América Latina*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

\_\_\_\_\_. *O que é revolução?* In: *Clássicos da Revolução*. São Paulo: Expressão Popular, 2005. Páginas: 55-148.

\_\_\_\_\_. *Da guerrilha ao socialismo: a revolução cubana*. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

GALEANO, Eduardo. *O livro dos abraços*. 9 ed. Porto Alegre, L&PM, 2002.

\_\_\_\_\_. *As veias abertas da América Latina*. 47 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

GUEVARA, Ernesto Che. *O partido marxista-leninista*. In: GUEVARA, E. C. *Obras escogidas*, Santiago do Chile, 2004.

\_\_\_\_\_. *Obras escogidas*. Santiago de Chile: Resma, 2004.

\_\_\_\_\_. *Textos políticos*. 4 ed. São Paulo: Global, 2009.

KOHAN, Néstor. *Simón Bolívar y nuestra independencia: una lectura latinoamericana*. Ediciones

La Rosa Blindada, 2013.

LÊNIN, Vladimir, Itich. *Imperialismo, etapa superior do capitalismo*. Campinas-SP: FE/UNICAMP, 2011.

\_\_\_\_\_. *Imperialismo e a cisão do socialismo*. Acesso: <<<https://www.marxists.org/portugues/lenin/1916/10/imperialismo.htm>>> em: Jul. 2015.

MARX, Karl. *A miséria da Filosofia*. São Paulo: Global, 1985.

\_\_\_\_\_. *A ideologia Alemã (Ad Feuerbach)*. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

\_\_\_\_\_. *O capital: crítica da economia política*. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

\_\_\_\_\_. *Manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo: Boitempo, 2004.

\_\_\_\_\_. *Contribuição à crítica da economia política*. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

\_\_\_\_\_. *Crítica da filosofia do direito de Hegel*. 2 ed. São Paulo: Boitempo, 2010.

\_\_\_\_\_. *Crítica da filosofia do direito de Hegel – introdução*. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2010a.

\_\_\_\_\_. *Glosas críticas ao artigo “O rei da Prússia e a reforma social” de um prussiano*. In:

MARX, K. ENGELS, F. *Lutas de classes na Alemanha*. São Paulo: Boitempo, 2010b. p. 25-52.

\_\_\_\_\_. *Sobre a questão judaica*. São Paulo: Boitempo, 2010c.

\_\_\_\_\_. *A guerra civil na França*. São Paulo: Boitempo, 2011.

\_\_\_\_\_. *A crítica do programa de Gotha*. São Paulo: Boitempo, 2012.

MARX, Karl. ENGELS, Friedrich. *Manifesto Comunista* São Paulo: Boitempo, 1998.

\_\_\_\_\_. *A ideologia Alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas*. São Paulo: Boitempo, 2007.

\_\_\_\_\_. *A sagrada família ou a crítica da Crítica crítica contra Bruno Bauer e consortes*. São Paulo: Boitempo, 2011.

RODRIGUEZ, Pedro Pablo. *Martí e as duas Américas*. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

RUZ, Fidel Castro. *Autocrítica*. São Paulo: Global, 1979.

\_\_\_\_\_. *La historia me absolverá*. La Haban/Cuba: Editora de Ciencia sociales, 2007

\_\_\_\_\_. *Discurso pronunciado en Matanzas, el 26 de Julio de 1974*. Disponível em:

<<http://www.cuba.cu/gobierno/discursos/1974/esp/f260774e.html>> Ju: 2015.

SADER, Eder (org.). *Che Guevara: política*. São Paulo: Expressão Popular, 2004.